10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, que à corporação encarregada do culto católico público na freguesia dos Cedros, concelho de Santa Cruz das Flores, distrito da Horta, sejam entregues, em uso e administração, o edificio da igreja paroquial, com suas dependências e adro, móveis, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, cuja entrega será feita pelas entidades a quem está actualmente confiada a sua guarda ou administração, com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação, reparação e seguro, em nome do Estado, dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos, com um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses, cópia da apólice do seguro dos bens, segundo a avaliação acordada entre a corporação e a junta de freguesia, para templos e objectos cultuais.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 5 de Maio de 1928.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José da Silva Monteiro*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 15:447

Tendo por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, publicado na *Ordem do Exército* n.º 4, 2.ª série, de 31 de Março do corrente ano, sido dado provimento ao recurso interposto pelo coronel de infantaria José Vicente de Freitas acêrca das provas de aptidão que prestou para a promoção ao posto de general, mandando-o prestar novas provas, pelo que, por decreto de 31 do mesmo mês de Março, foi considerada nula e de nenhum efeito a parte do decreto de 28 de Agosto de 1926 que passou o referido official à situação de reserva;

Devendo em virtude do citado acórdão o mesmo coronel ser nomeado pelo Ministério da Guerra para prestar as provas de aptidão para a promoção ao posto de general, nos termos do respectivo regulamento;

Considerando que o mesmo official exerce actualmente as funções de Presidente do Ministério e Ministro do Interior e destas não deve ser afastado sem prejuízo dos altos interesses da Nação;

Considerando que, dadas estas circunstâncias, o official não deve ser prejudicado na sua promoção quando satisfizer às condições de promoção exigidas na lei;

Considerando que no n.º 2.º do artigo 90.º da carta de lei de 12 de Junho de 1901 já se encontra prevista a preterição de qualquer official quando lhe falte alguma das condições de promoção que deixou de prestar por exigências de serviço público;

Considerando que pela mesma carta de lei de 12 de Junho de 1901 se infere que, quando a preterição é motivada por exigências de serviço público, o official preterido é promovido na primeira vacatura que se der depois de satisfazer à condição por falta da qual foi preterido;

Considerando que no caso presente, em que do antemão se reconhece que o coronel José Vicente de Freitas

apenas deixa de ser nomeado para prestar as provas de aptidão para a promoção a general por virtude de exigências de serviço público, e que não é justo que, terminadas tais exigências e satisfazendo a todas as condições de promoção, seja prejudicado na promoção, aguardando a primeira vacatura;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Guerra:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º O coronel de infantaria José Vicente de Freitas, actualmente exercendo as funções de Presidente do Ministério e Ministro do Interior, só será nomeado para prestar as provas exigidas por lei para a promoção ao posto de general quando cessarem as causas que determinaram a sua não nomeação até a presente data.

§ 1.º Prestadas as referidas provas com aprovação e quando reúna todas as demais condições de promoção, será este official, se se achar já preterido, imediatamente promovido ao posto imediato, ficando supranumerário no quadro dos officiais generais, contando a antiguidade desde a data em que lhe pertenceria a promoção se não tivesse sido preterido.

§ 2.º No caso de se realizar a promoção nos termos do parágrafo antecedente, o mesmo official deverá preencher a primeira vaga que posteriormente à sua promoção se der no quadro dos officiais generais reservada aos coronéis provenientes da arma de infantaria.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Julio Ernesto de Moraes Sarmiento*.

Decreto n.º 15:448

Tendo-se verificado que o decreto n.º 15:350, de 7 de Abril do corrente ano, não remedeia por completo os inconvenientes nem evita as dificuldades reconhecidas na execução do decreto n.º 14:108, de 15 de Agosto de 1927;

Reconhecendo-se a imediata necessidade de corrigir o quadro que faz parte do artigo 8.º do decreto n.º 12:162, de 21 de Agosto de 1926;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São considerados nulos e de nenhum efeito os decretos com força de lei n.º 14:108, de 15 de Agosto de 1927, e n.º 15:350, de 7 de Abril de 1928.

Art. 2.º O artigo 8.º do decreto n.º 12:162, de 21 de Agosto de 1926, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 8.º A antiguidade do posto de tenente dos officiais do antigo corpo do estado maior e das diferentes armas será contada, para efeito de promoção, do dia 1 de Dezembro do ano que se obtém juntando àquele em que terminaram o antigo curso do estado maior ou o curso da sua arma o número que consta do quadro seguinte, conforme a organização da Escola do Exército, da Escola de Guerra ou da Escola Militar que vigorava durante o mesmo curso. Os officiais cujo lugar na escala tenha sido alterado por qualquer disposição legal terão a anti-